**O LÚDICO PARA O DESENVOLIVMENTO DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Ivaneide Carneiro Cortel

Pedagoga

Psicopedagoga

neide\_cortel@hotmail.com

**RESUMO:** A infância é um período da vida muito importante para o desenvolvimento intelectual e emocional da criança. A escola, por sua vez faz parte dessa construção cognitiva da criança. O maior desafio dos educadores de Educação Infantil é harmonizar os conteúdos curriculares respeitando o direito à ludicidade das crianças. Buscamos discutir sobre inserção de jogos e brincadeiras como instrumentos essenciais no fazer didático. A brincadeira é motivadora e socializadora isso faz com que seja uma poderosa ferramenta de crescimento e desenvolvimento pessoal. Por último, importante se faz resguardar a autonomia das crianças, bem como, a participação desta autonomia em seu cotidiano e na vida escolar. Aliado a isso, percebemos que a brincadeira é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Esta análise sobre a importância da brincadeira na educação no desenvolvimento e autonomia da criança foi um levantamento da literatura acerca do assunto. Para isso, foi de grande valia a fundamentação teórica em alguns autores de importância para o tema, entre eles: Aquino (2000), Bandet (1997), Franco (2008), Grassi (2008), Luckesi (2007), Kishimoto (2003), Oliveira (2009), Papalia (2001), Tavares (2007), Vygotsky (1979) e também o Referencial curricular nacional para a educação infantil (1998), entre outros.

**Palavras-chave:** Lúdico. Jogos e brincadeiras. Autonomia. Educação Infantil. Psicopedagogia.

**1 INTRODUÇÃO**

Em nossa prática pedagógica sempre trabalhamos com crianças das séries iniciais do ensino fundamental. Neste período, o aspecto lúdico se faz presente como algo inerente ao universo infantil. De fato, é importantíssima a presença do lúdico neste período da vida escolar, pois desperta o prazer e o interesse das crianças. Para tornar o processo de aprendizagem mais interessante, é importante que o professor tenha um trabalho que utilize recursos lúdicos.

Este Trabalho tem como objetivo contribuir para uma reflexão a respeito da importância de considerar os aspectos lúdicos na formação de educadores da Educação Infantil, considerando que o educador deve resgatar jogos, brincadeiras e brinquedos que fazem parte da infância e que trazem a possibilidade de rever sentimentos, sensações, diferentes culturas e linguagens, além de ajudar na autonomia da criança.

Sobre a importância do lúdico como procedimento essencial para as crianças, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil deixa claro que:

O brincar apresenta-se por meio de várias categorias de experiências que são diferenciadas pelo o uso do material ou dos recursos predominantemente implicados. Essas categorias incluem: movimento e as mudanças da percepção resultantes essencialmente da mobilidade física das crianças; a relação com os objetos e suas propriedades físicas assim como a combinação e associação entre eles; a linguagem oral e gestual que oferecem vários níveis de organização a serem utilizados para brincar; os conteúdos sociais, como papéis, situações valores e atitudes que se referem à forma como universo social se constrói; e, finalmente, os limites definidos pelas regras, constituindo-se em um recurso fundamental para brincar. Estas categorias de experiências podem ser agrupadas em três modalidades básicas, quais sejam, brincar de faz-de-conta ou com papéis, considerada como atividade fundamental da qual se originam todas as outras, brincar com materiais de construções e brincar com regras (BRASIL, 1998, v. 1, p. 28).

De acordo com Friedman (1996, p. 45), ''a palavra ‘lúdico’ vem do latim *ludus* e significa brincar. Nesse brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e brincadeiras. É relativo também à conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte.'' O jogo possibilita a aprendizagem do sujeito e o seu pleno desenvolvimento, já que conta com o conteúdo do cotidiano, como as regras, as interações com objetos e o meio, e a diversidade de linguagens envolvidas em sua prática pedagógica passam proporcionar alegria aos alunos no processo de aprendizagem.

Diante do exporto, mostraremos a importância do lúdico e como os jogos, os brinquedos e as brincadeiras podem ser importantes para o desenvolvimento, para a aprendizagem e a autonomia das crianças. Para isso, utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica como meio para entendermos este assunto e desenvolvermos nossa pesquisa.

**2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA INFÂNCIA**

Cury (2013) diz que a palavra infância deriva do latim *infans* significa "mudo, incapaz de falar, que não fala". É o período da vida humana desde o nascimento até a adolescência ou puberdade precoce.

O conceito de infância, bem como a importância das crianças, nem sempre tem sido o mesmo, mas que tem evoluído ao longo dos séculos. Nos últimos 40 ou 50 anos, começou-se a prestar mais atenção a esse período de vida, e definindo-o como um momento de desenvolvimento crucial na questão física, intelectual, social e emocional de cada ser humano.

A concepção de criança é uma noção historicamente construída e consequentemente vem mudando ao longo dos tempos, não se apresentando de forma homogênea nem mesmo no interior de uma mesma sociedade e época (RCNEI, 1998, p. 21).

Quando as pessoas aceitam a importância da infância, começam, também, a responsabilizar para a qualidade de vida das crianças; sua saúde, bem-estar físico e, por conseguinte, a necessidade de se cuidar das suas mentes. A infância é fundamentalmente diferente da idade adulta; ela precisa ser entendida e respeitada como tal. Segundo Palapaia (*et al* 2001) o reconhecimento público desta necessidade criou inúmeros programas para as crianças, o desenvolvimento em sua educação e o estabelecimento dos Direitos da Criança, pela Organização das Nações Unidas, em 1989.

Diversos autores e convenções sociais aceitam como infância como o período da vida, que vai do nascimento aos 14 anos de idade. Porém, o Estatuto da Criança e do Adolescente tem uma definição jurídica acerca da questão que envolve o que é ser criança:

De acordo com a denominação do novo ordenamento, o art. 2º do Estatuto refere-se A sua competência em razão da pessoa: em princípio, o menor de I8 anos. Dentro do conceito de "menor", distingue a situação da "criança" e do "adolescente", entendendo, para os efeitos da lei, como criança a pessoa até 12 anos e adolescente aquela entre os 12 e os 18 anos de idade. A decisão de incluir na esfera de ação do Estatuto o menor de 18 anos está de acordo com a Convenção sobre os Direitos da Criança, que, como se sabe, em seu primeiro dispositivo, estabelece que, para os efeitos da mesma, "se entende por criança todo o ser humano menor de 18 anos" (CURY, 2013, p. 18).

Normalmente, esse período da vida é dividido em primeira infância, que é a fase do nascimento aos 6 anos; e a segunda infância, que se refere ao estágio entre 6 e 12 anos, aproximadamente (Cury, 2013).

**2.1 A Autonomia da Criança Segundo Piaget**

De acordo com o psicólogo suíço Piaget, é necessário distinguir dois períodos ou momentos no desenvolvimento da criança: a o estágio sensório motor e pré-operatório. No primeiro período, sensório motor (0 a 2 anos), a criança aprende por tentativa e erro. Embora a criança aprenda, ela tem que explorar o seu ambiente, ver, tocar, sentir… os objetos que encontrar. Piaget (2000) explica detalhadamente, ainda, algumas características que apresenta a criança no período sensório motor, que são:

A exploração manual e visual do ambiente; a experiência obtida com ações, a imitação; a inteligência prática (através de ações); ações como agarrar, sugar, atirar, bater e chutar; a coordenação das ações irá proporcionar o surgimento do pensamento; a centralização no próprio corpo; a noção de permanência do objeto (PIAGET, 2000, p. 135).

Segundo Goulart (2005), a fase pré-operatória é o segundo passo na teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. Esta fase começa por volta dos dois anos de idade e dura até aproximadamente a idade de sete anos. Durante esta fase, as crianças começam a participar do jogo simbólico e aprender a manipular os símbolos. No entanto, Piaget apontou que ainda não entendem a lógica concreta. O desenvolvimento da linguagem é outra de suas características.

Piaget (2000) explica que o pensamento da criança durante essa fase é pré-operacional. Isso significa que a criança ainda é capaz de usar a lógica ou transformar, combinar ou separar ideias, ou não compreender a lógica específica, as crianças ainda não são capazes de manipular a informação mentalmente e tomar o ponto de vista de outras pessoas.

Piaget (2000) diz que o desenvolvimento da criança consiste basicamente em construir experiências sobre o mundo através de adaptação e avançando em direção a etapa concreta em que ela pode usar o pensamento de forma lógica. No final desta fase, as crianças podem representar mentalmente eventos e objetos (a função semiótica), e a participar do jogo simbólico.

As características mais acentuadas nesta fase pré-operatória são:

Inteligência simbólica; o pensamento egocêntrico, intuitivo e mágico; a concentração (apenas um aspecto de determinada situação é considerado); a confusão entre aparência e realidade; ausência da noção de reversibilidade; o raciocínio transdutor (aplicação de uma mesma explicação a situações parecidas); a característica do animismo (vida a seres inanimados) (PIAGET, 2000, p. 136).

Neste aspecto, a autonomia é um processo que ocorre no desenvolvimento pessoal da criança: ser capaz de colocar alguma distância ou independência emocional com respeito para as pessoas que a cerca. De acordo com Goulart (2005), a autonomia também está intimamente relacionada com a segurança que a criança tem um consigo mesma, com a aceitação das normas, com a capacidade de superar a frustração e saber aceitar responsabilidades.

No caminho do desenvolvimento, a criança vive mais de uma etapa. No entanto, de acordo com Piaget (2000), isso não significa que todas as crianças passam por essas fases da mesma forma e ao mesmo tempo. Apesar do fato de que o ambiente onde a criança vive tem bastante influência sobre ela, também tem um grande impacto a educação de seus pais, ou seja, a educação que se aprende em casa.

**3 O LÚDICO E O DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

**3.1 O Lúdico e o Desenvolvimento da Autonomia na Criança**

Brincar é a forma que a criança tem de saber sobre o mundo, de interagir com os outros e fazer o seu caminho para outros eventos importantes da sua vida. Pode-se dizer que: “A criança tem o direito de brincar; os adultos têm a obrigação de fazer este exercício do direito; a sociedade e o Estado têm responsabilidades, em face da brincadeira, à medida que eles têm com a educação da criança” (BANDET, 1987, p. 23).

O direito de brincar é reconhecido na Declaração dos Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da UNESCO, em 30 novembro de 1959, princípio 7:" A criança deve desfrutar plenamente de jogos e recreações; a sociedade e as autoridades públicas devem esforçar-se por promover a fruição deste direito" (UNESCO, 1978, p. 67).

No Artigo 16 do ECA estão categóricos os elementos que incluem o direito à liberdade, dentre os quais destacam-se: I - Ir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...]. IV – brincar, praticar esportes e divertir-se; V – participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação (BRASIL. Lei 8.069/90).

A escola de Educação Infantil não deve significar uma ruptura com o ambiente da criança, sua família, seu bairro, seu parque; ao contrário, deve ser um espaço aberto, no qual as crianças podem ser postas em atividades compartilhadas com as crianças de outras classes, outras escolas nas proximidades, com adultos etc. Os festivais escolares, que misturam realidade e fantasia, onde a música, o teatro e outros eventos são mostrados, tomando força e expressão, são um importante componente educativo que deve ser concebido como um processo participativo de ato lúdico, de liberação emocional e de criatividade coletiva.

A promoção de atividades que favoreçam o envolvimento da criança em brincadeiras, principalmente aquelas que promovem a criação de situações imaginárias, tem nítida função pedagógica. A escola e, particularmente a pré-escola poderiam se utilizar deliberadamente desse tipo de situação para atuar no processo de desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 1988, p. 67).

As brincadeiras coletivas, por exemplo, que são realizadas em torno dos festivais em um momento específico: início do curso, no Natal, em época de carnaval, dia das mães etc. são momentos privilegiados para transmitir de maneira viva brincadeiras tradicionais para aprender os costumes, personagens místicas, que fazem parte da história de cada cidade. Brincadeiras nas quais a comunidade educativa quebra a monotonia diária podem ser encontradas em um contexto descontraído que facilita a autonomia e a comunicação espontânea.

Ao mesmo tempo, as brincadeiras populares, incorporadas nos programas escolares, permitem o desenvolvimento da sociabilidade através de programações específica como: danças, músicas, ritmos, expressão corporal, expressão plástica, etc. Estas precisam de um período de preparação, que pode levar à experiências e atividades educativas, fazendo com que a criança participe, de forma autônoma, direta e ativa, sendo a verdadeira protagonista da recreação festiva.

Brincando [...] as crianças aprendem [...] a cooperar com os companheiros [...], a obedecer às regras do jogo [...], a respeitar os direitos dos outros [...], a acatar a autoridade [...], a assumir responsabilidades, aceitar penalidades que lhe são impostas [...], a dar oportunidades aos demais [...], enfim, a viver em sociedade (KISHIMOTO, 1997, p.110).

A criança necessita de seu próprio momento para instruir-se e conseguir absorver os reveses diante do jogo como aceitação de penalidades. O estabelecimento, portanto, deste ato de brincar e jogar vai ajudar no seu desenvolvimento tanto no intelecto como numa possível convivência em sociedade e para assumir suas responsabilidades. O jogo que para muitos é considerado como coisa infantil, é realmente um objeto de grande estima para a educação.

**4. O LUGAR DO LÚDICO NO DESENVOLVIEMTNO DA AUTONOMIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Para a compreensão sobre os conceitos de jogos brinquedos e brincadeiras, serão apresentadas as abordagens teóricas sobre as relações entre o jogo, o desenvolvimento e a aprendizagem. A escolha dos dois consiste em compreender a contribuição de seus estudos para a educação. Para Piaget, os jogos de regras constituem uma importante forma de atividade lúdica para a criança. O autor (1976) destaca que esse tipo de jogo começa a manifestar -se por volta dos 5 anos, mas desenvolve -se na fase que vai dos 7 aos 12 anos, predominando durante toda a vida do indivíduo. Segundo Piaget (1976, p. 81).

Os jogos de regras são jogos de combinações sensório motoras (corridas, jogos com bolas) ou intelectuais (cartas, xadrez), em que há competição dos indivíduos (sem o que a regra seria inútil) e regulamentados que por um código transmitido de geração em geração, que por acordos momentâneos.

Nesse contexto, Piaget (1976) defende o jogo como um elemento que contribui para o desenvolvimento da criança, destacando o papel da assimilação nesse processo. Vygotsky (1984) aponta, também, que toda atividade lúdica da criança possui regras. Para ele, o jogo é o nível mais alto do desenvolvimento na escola e é por meio dele que a criança aprende.

Com as teorias de Piaget (1976) e Vygotsky (1984), entende-se que é necessário refletir sobre o papel do professor ao utilizar o lúdico como recurso pedagógico, que lhe possibilita o conhecimento sobre a realidade dos alunos, bem como sobre seus interesses e suas necessidades. Assim, ao utilizar o jogo como recurso pedagógico na escola, o educador deve considerar a organização do espaço físico, a escolha dos objetos e dos brinquedos e o tempo que o jogo irá ocupar e suas atividades diárias.

É importante salientar que Piaget *apud* Almeida (1974), mesmo tendo pontos de referência distintos, afirma que os conteúdos das atividades lúdicas variam de acordo com o meio físico e social em que a criança está inserida. Segundo Almeida (1974), Piaget considerava que o filósofo e psicólogo Karl Groos teria sido o primeiro a enxergar a importância do lúdico no desenvolvimento do pensamento, da imaginação e da criatividade.

Outro pesquisador que se dedicou ao estudo do lúdico e do seu papel no desenvolvimento da criança foi Friechich Froebel. Ele tinha como lema o “ensinar deleitando”, que propunha o desaparecimento da rotina e do cansaço nas escolas. Froebel (1991) via o valor das atividades lúdicas em sua espontaneidade, o que, para ele, favorecia o desenvolvimento cerebral e a formação do caráter da criança. O autor ainda afrima que o desenvolvimento do homem necessitava de um curso progressivo, e não interrompido.

Os estudiosos da área da ludicidade como Rau (2012), sugerem que o lúdico seja tido como recurso que propicia o diagnóstico do processo de aprendizagem como uma maneira de o professor perceber o educando em uma perspectiva cognitiva, afetiva, psicomotora social.

A propósito, Friedman (1996, p. 76), em seus estudos, destaca a importância do lúdico como recurso pedagógico por meio do qual ''o educador pode conhecer a realidade lúdica dos seus alunos, interesses, necessidades, comportamentos, conflitos e dificuldades”. Segundo este autor, alguns professores declaram que gostariam de utilizar a ludicidade como recurso pedagógico, porém não o fazem e, quando o fazem, encontram dificuldades no encaminhamento, que seria por exemplo, sobrte quais jogos utilizar, como organizar ambiente e recursos, quanto tempo e, principalmente, como observar as situações expressas durante a prática de jogos e brincadeiras.

Citando Rau (2012, p.31), ''ensinar por meio da ludicidade é considerar que a brincadeira faz parte da vida do ser humano e que, por isso, traz referenciais da vida do próprio jeito''. Caracteriza, portanto, que há várias formas de ensinar, não somente com a teoria dos conteúdos escolares.

**5. LUDICIDADE: UM NOVO OLHAR PARA A FORMAÇÃO NA PSICOPEDAGOGIA**

A escola tem limitado as práticas das crianças aos aprendizados periódicos, e motores, o que, muitas vezes, dificulta a operacionalização autônoma das crianças para as brincadeiras. Segundo Schwartz (2004), se os estabelecimentos de ensino infantil fossem preparados para o brincar infantil, eles poderiam exercer seus papéis educativos, dando prioridade a educação da criança em um ponto de vista criador, livre e cônscio.

Para Redin (2000, p. 51), a ludicidade é inerente à linguagem humana, que permite o “aparecimento da criança criativa que vem a ser capaz de produzir significação à sua experiência, dar novos contornos e modificar o mundo”. Adiante o mesmo autor reafirma: “Sendo assim, a ludicidade é uma probabilidade e uma aptidão de se entreter com a realidade, ressignificando o mundo” (REDIN, 2000, p. 78). Nesta perspectiva sobre o lúdico, Redin nos oferece a um elemento para constituir a premissa fundamental dessa abordagem no que afirma:

Como expressão de significados que tem o brincar como referência, o lúdico representa uma oportunidade de (re) organizar a vivência e (re) elaborar valores, os quais se comprometem com determinado projeto de sociedade. Pode contribuir, por um lado, com a alienação das pessoas: reforçando estereótipos, instigando discriminações, incitando a evasão da realidade, estimulando a passividade, o conformismo e o consumismo; por outro, o lúdico pode colaborar com a emancipação dos sujeitos, por meio do diálogo, da reflexão crítica, da construção coletiva e da contestação e resistência à ordem social injusta e excludente que impera em nossa realidade (REDIN, 2000, p. 82).

Deste modo, é possível compreender que a ludicidade é um imperativo em qualquer fase da vida e não precisa somente ser considerada como simples entretenimento. O progresso do aspecto lúdico promove a aprendizagem e a ampliação individual, coopera para um desenvolvimento do bem-estar intelectual, organiza uma condição interna fecunda e promove o entendimento entre as pessoas.

Muitos profissionais da área educacional utilizam a ludicidade como um recurso pedagógico, pois a utilização de recursos lúdicos, como jogos e brincadeiras, auxilia a transposição dos conteúdos para o mundo do educando. Assim, a ludicidade pode fazer parte do currículo escolar, a partir da conceituação sobre o jogo, o brinquedo e a brincadeira. Neste contexto, o olhar para essa abordagem deve ser o de alguém que se insere no ato de brincar, procurando perceber, identificar e ampliar seus conhecimentos práticos, teóricos e táticos sobre o tema.

Quando tratamos da formação do professor da Educação Infantil, uma questão que tem ocupado os meios educacionais, seja na academia, seja nas escolas desse nível de ensino, é como utilizar o lúdico como recurso ou método de ensino para o desenvolvimento da cognição dos alunos e de sua autonomia. Nessa perspectiva, quando os professores entendem o significado das experiências lúdicas, vivenciadas por crianças e alunos da educação básica, eles começam a reconhecer suas potencialidades e limites.

A ludicidade na educação requer uma atitude pedagógica por parte do professor, o que gera a necessidade do envolvimento com a literatura da área, da definição de objetos, organização de espaço da seleção e da escolha de brinquedos adequadas e o olhar constante nos interesses e necessidades dos educandos.

No ensino fundamental, o professor pode desenvolver várias atividades recreativas e psicomotoras que facilitam o amadurecimento motor, social e cognitivo dos alunos por meio de um ambiente afetivamente agradável em que os alunos possam apresentar suas necessidades, prioridades, desafetos etc. Desta forma, um ambiente lúdico estará contribuindo para a formação do ser, tendo em vista que cada aluno poderá conhecer algumas de suas possibilidades e limitações corporais, como prevê os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) em seus objetivos para os anos iniciais do ensino fundamental.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A brincadeira se potencializa dependendo das condições de contexto, são orientadas de acordo com a cultura e os costumes e estão a viver em conformidade com o conhecimento específico de cada território, o grupo populacional, meninas e meninos os professores e todos os agentes educacionais. Parte-se, portanto, da firme convicção de que os professores, e demais agentes educacionais têm na sua experiência um saber pedagógico e um saber desde e sobre a infância que deve ser recuperado e, ao mesmo tempo, contextualizado em função de certas abordagens atuais.

Sendo assim, é preciso que o educador tenha uma bagagem de experiência intelectual e sensibilidade – didática – para compreender que o direito a brincadeira é coisa séria. E, ao mesmo tempo, saber promover este direito nas escolas.

Os adultos, e principalmente os educadores, devem ser sensíveis à diversidade de opções de lazer às manifestações que podem ser tomadas em momentos e locais inesperados, à espera de um transporte, passeios a pé na estrada, no mercado, na sala de espera, na casa de banho, durante rotinas diárias ou nos "nos tempos vazios", durante a mudança de uma atividade para outra. O que brincam as meninas e os meninos? Como brincam? Com quem brincam? O que se passa com estes pequenos quando brincam?

À medida que nós podemos responder a estas perguntas irão se estabelecendo as estratégias, os materiais, os tempos, os cenários e as adaptações necessárias para dar visibilidade à brincadeira como atividade principal das crianças. Cabe, enfim, à escola, à Educação Infantil e, principalmente, aos educadores a sensibilidade objetiva e pedagógica para não se colocarem de forma inconsequente essa atividade lúdica primordial na vida das crianças. A vida já é muito pragmática para que seja tudo levado à sério.

Dessa forma esta pesquisa bibliográfica sugere o quanto é importante o desenvolvimento da criança dentro do processo de aquisição com o lúdico para o seu desempenho de meio social e cultural, bem como sua autonomia. Propõe -se que é cada vez mais relevante para que o professor seja capaz de elaborar conhecimentos (conceitos/conteúdos) com os jogos e as brincadeiras e promover o desenvolvimento da criatividade, das habilidades, autonomia, na formação dos educandos e contribuindo para a interação professor-aluno).

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 9.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

ALVES, R. **É brincando que se aprende**. Páginas Abertas. v. 27, n. 10. 2001.

AQUINO, Julio Groppa. **Do cotidiano Escolar:** Ensaios sobre a ética e seus avessos. São Paulo: Summus, 2000.

ARRANZ, J. D. **Brincadeira ao Ar Livre: Educação Infantil**. Tese de Mestrado. UESC, Curitiba: 1995. Disponível em: <<http://www.eduvalesl.edu.br/sie/edicao/edicao-4656/34.pdf>> Acesso em: 06/02/1018.

BACELAR, Vera Lúcia da Encarnação. **Ludicidade e educação infantil**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BANDET, J. **Como Ensinar Através da Brincadeira**. São Paulo: Coutrix. 1987.

BRASIL. **Referencial Curricular Para A Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_\_. **Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 06/021/2018.

BROUGÈRE, G. **Jogo e educação**. Porto Alegre: Artes médicas. 1998.

CANDAU, V. M. **Reinventar a Escola**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. Ministério Público do Estado do Paraná. Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente. 6. Ed. 2013. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_anotado_2013_6ed.pdf>> Acesso em: 06/021/2018.

FRANCO, Raquel Rodrigues. **A Fundamentação Jurídica do Direito de Brincar**. Tese de Pós-Graduação. Londrina, 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/pos/mestredu/stories/downloads/dissertacoes/2008%20-%20FRANCO,%20Raquel%20Rodrigues.pdf> Acesso em: 06/02/2018.

FRIEDMANN, A. **O direito de brincar: a brinquedoteca**. 4. ed. São Paulo: Abrinq, 1996.

GOURLART, Iris Barbosa. **Piaget**: experiências básicas para utilização pelo professor. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

GRASSI, T. M. **Oficinas psicopedagógicas**. 2. ed. rev. e atual. Curitiba: IBPEX, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Ludicidade e desenvolvimento humano. In: D'Ávila, Cristina Maria (Org.) Educação e Ludicidade: ensaios 04. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Gipel, 2007.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação**. 3. Ed. São Paulo: Cortez 1998.

MARCELLINO, N. C. **Pedagogia da animação**. 2. ed, Campinas, São Paulo, Editora Papirus,1997.

MEYER, Ivanise Corrêa Rezende. **Brincar e Viver:** Projetos em Educação Infantil. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora Wak, 2004.

NEGRINE, Airton. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Prodil, 1994.

OLIVEIRA, M.A.C. **Psicopedagogia:** a instituição em foco. Curitiba: IBPEX, 2009.

PAPALIA; Diana; OLDS, Sally Wendkos; FELDMAN, Ruth Duskin. **O mundo da criança**. 8. ed. Lisboa: McGraw-Hill, 2001.

PIAGET, J. **A formação do símbolo**: Imitação, Jogo e Sonho, Imagem e Representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

\_\_\_\_\_\_ . **Seis estudos de psicologia**. Tradução Maria Alice Magalhães D´ Amorim e Paulo Sergio Lima Silva. 24. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia Editorial; 1999

RAU, Maria Cristina Dornelles. **A ludicidade na Educação**: Uma Atitude Pedagógica. Curitiba: Intersaberes, 2012.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança**: se der tempo a gente brinca. Porto Alegre: Mediação, 2000.

SCHWARTZ, G. M. **Dinâmica Lúdica**: Novos Olhares, Barueri, SP: Manole,

2004.

TEIXEIRA, C. E. J. **A ludicidade na escola**. São Paulo: Loyola, 1995.

UNESCO. **A criança e o seu desenvolvimento desde o nascimento até aos 6 anos** – conhecê-la melhor para melhor a ajudar. Lisboa: Educação do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal com a Colaboração da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1978.

VYGOTSKY, L.S. **A Formação Social da Mente:** O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_\_. **O Desenvolvimento dos Processos Psicológicos Superiores**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1979.

WALLON, H. **A Evolução Psicológica da Criança**. Lisboa: Imago, 1968.

WAJSKOP, G. **Concepções de brincar entre profissionais de educação infantil: implicações para a prática institucional**. 1996. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/uer6m43/artigos/html/v9n3bsd25.htm>>, acesso em: 06/02/2018.